

AP.7
2001



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
(UFICS)

Curso de Administração Pública

Trabalho de Licenciatura

Tema: Participação Comunitária no Processo de Tomada de Decisões no Contexto da
Comercialização Agrícola.
O caso do Distrito de Manjacaze.

Candidato: António Benedito Xavier
Supervisor: dr Sertório Chambale
Co-Supervisor: dr Salim Cripton Valá.

U.E.M. - UFICS	
R. E.	4386
DATA	12 / 07 / 05
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	AP-7

Maputo, 30 de junho de 2001

ÍNDICE	PAGINA
I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1-Contexto e Problema.....	1
1.2-Delimitação do Estudo.....	3
1.3-Distrito de Manjacaze: Breve Caracterização.....	4
1.4-Justificação.....	4
1.5-Objectivos.....	5
1.6-Objecto de Estudo.....	5
1.7-Questão de Partida.....	5
1.8-Hipóteses.....	6
1.9-Estrutura do Trabalho.....	6
 II. METODOLOGIA.....	 6
 III. ENQUADRAMENTO TEORICO E CONCEPTUAL.....	 8
3.1-Conceitos.....	8
3.2- Participação Comunitária no Processo de Tomada de Decisões: Tendências de Debate.....	11
3.3-A Participação Comunitária no Processo de tomada de decisões do Ponto de Vista da Análise Racional.....	13
 IV. RESULTADOS.....	 14
4.1-Contexto Local da Comercialização Agrícola e Envolvimento Dos Diferentes Intervenientes.....	14
4.2- Experiências de Envolvimento Comunitário na Comercialização Agrícola.....	21
4.3-Comercialização Agrícola, Envolvimento Comunitário e Sustentabilidade.....	28
4.4-Análise dos Resultados.....	31
 V. CONCLUSAO GERAL.....	 32
BIBILOGRAFIA.....	36
ANEXO	

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi concebido como base para a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública na Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), na Universidade Eduardo Mondlane, no ano lectivo 2000/ 2001.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema “a participação comunitária no processo de tomada de decisões, no contexto da comercialização agrícola”. Como objectivos pretende-se analisar a articulação e a influência das comunidades no processo de tomada de decisões no período 1987-2000, no contexto da comercialização agrícola, em Manjacaze, e a identificação das experiências de envolvimento comunitário na comercialização agrícola a nível do distrito.

Na análise teórica foram colocadas duas perspectivas de análise em diálogo. A perspectiva da observação e a perspectiva participativa e adoptamos o modelo de escolha racional para explicar a dinâmica dos indivíduos na realização duma acção colectiva.

Seguiu-se uma metodologia qualitativa baseando-se em entrevistas semi-estruturadas. O trabalho de campo foi realizado no distrito de Manjacaze e a amostra contemplou, apenas, os funcionários da administração local, das instituições ligadas a comercialização agrícola, os produtores, os armazenistas, os líderes locais e os comerciantes.

Os resultados de campo mostram que as comunidades apresentam uma fraca capacidade interventiva no processo decisório em assuntos referentes a comercialização agrícola. Debatem-se com a falta de mecanismos de agregação (associações, cooperativas) que agiriam como elo de ligação com a administração local. Foi possível constatar a existência de formas tradicionais de agregação, só que não têm capacidade de exercer influência a escala governamental.

Como recomendação chave, enfatiza-se a necessidade de maior divulgação da importância das associações, a concessão de apoio financeiro e técnico assim como a utilização das formas tradicionais de agregação como base para a formação de associações com capacidade para intervir a escala governamental, isto é, deve-se potenciar estas práticas enraizadas nas comunidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais vão a Cooperação Suíça por ter garantido o suporte financeiro, sem o qual teria sido difícil a realização deste trabalho. São extensivos a todos que directa ou indirectamente contribuíram para o sucesso deste trabalho, especificamente ao Dr. Sertório Chambale e ao Dr. Salim Cripton Valá, por terem me acompanhado até a realização do relatório final.

Aos meus amigos, colegas de turma, a minha família , aos professores também vai o meu agradecimento por me dado todo apoio moral e material durante a fase da minha formação.

ABREVIATURAS

DDIC- Direcção Distrital de Indústria e Comércio.

DDADR- Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural

IVAP- Investimento Agro- pecuário

MIC- Ministério de Indústria e Comércio

FAO- Fundo das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação

ORAM- Associação Rural de Ajuda Mútua

FARE- Fundo de Apoio Para a Reabilitação Económica

ICM- Instituto de Cereais de Moçambique

PMA- Programa Mundial de Alimentação

I. INTRODUÇÃO

1.1-Contexto e Problema

Moçambique herdou do regime colonial um Estado centralizado, forte e fraco. Centralizado porque as decisões eram emanadas do centro de decisão, neste caso da capital. Fraco porque não tinha capacidade de se implantar em todo território nacional, não se fazia sentir na vida prática das comunidades e forte porque sobrepunha-se a todas as formas de organização das comunidades, (Castel-Branco, 1994).

Face ao relacionamento com a sociedade, algo do período colonial perdurou no pós-independência: “o Estado colonial existiu numa relação de conflitualidade com as comunidades locais, devido a usurpação dos recursos pertencentes as comunidades e a exclusão dos indivíduos de participarem activamente na vida sócio-política”, (RNDH, 1998).

No período pós-independência, o tipo de sociedade que se pretendia construir condicionou novas exclusões. As formas de organização tradicionais foram banidas, o que corroeu as bases de legitimidade do Estado e as suas acções opunham-se às bases culturais da população rural.

Do ponto de vista do desenvolvimento, as duas estratégias adoptadas, o Plano Prospectivo Indicativo (PPI)¹ e o Programa de Reabilitação Económica (PRE/S)², negligenciaram a participação das comunidades e as características estruturais da economia moçambicana. Um dos aspectos fundamentais das duas políticas foi terem adoptado uma postura que excluía a pequena produção familiar nos planos de desenvolvimento, o que enfraqueceu as condições de vida dos camponeses, uma vez que, já estavam integrados no mercado através da produção para a comercialização, (Cravinho, 1998; Castel-Branco; 1994, Abrahamsson & Nilsson, 1994).

O fracasso dos modelos “de cima para baixo” na implementação dos programas de desenvolvimento, a escassez dos recursos, a deterioração dos termos de troca a nível internacional, o peso da dívida externa, vão obrigar os governos a partir dos finais dos anos 80 a redefinir o seu papel e a rever as suas relações com a sociedade, (RDM, 1997).

¹ -PPI- Plano prospectivo indicativo, adoptado pelo Governo e vigorou durante a década de 80 com o objectivo de acabar com o subdesenvolvimento e construir as bases do socialismo em 10 anos, (Castel-Branco, 1994)

² -Programa de Reabilitação Económica e Social, iniciado em 1987

Moçambique, enquadrado no contexto global de mudanças, inicia um processo de reformas políticas e económicas de modo a tornar a administração mais eficiente na resolução dos problemas da sociedade. Nesse âmbito, a lei nº 2/97, de 18 de Fevereiro, institui o processo de descentralização de modo a tornar as comunidades mais participativas no processo de tomada de decisões. Esse factor, "de per si" não significa que as comunidades participam mais activamente nos processos de desenvolvimento.

O carácter centralizante manifestou-se em todos os sectores, mas o Estado não tinha capacidades de implementar eficazmente as suas políticas; nessa esteira, o caso concreto do sector de comercialização agrícola é tomado como foco de análise.

Este sector no período pós-independência sofreu um estrangulamento devido à saída maciça dos portugueses que asseguravam a rede de comercialização rural, à destruição das infra-estruturas comerciais pela guerra, à falta de apoio aos camponeses em sementes, instrumentos de produção, etc, (Cravinho, 1998; Abrahamsson & Nilsson, 1994; Agricom, E.E, 1985).

O intervencionismo estatal no período 1975-1987, criou apatia das comunidades ante os problemas que enfrentavam, esperando por soluções que viessem de cima (governamentais), uma vez que o Estado estava acima dos cidadãos e comunidades. Mesmo com a mudança política e económica para o multipartidarismo e liberalismo, respectivamente, a passividade das comunidades continua prevalecendo. Só alterados alguns dispositivos legais, mais a mentalidade das elites, das autoridades administrativas locais e das comunidades permanece praticamente inalterada. Uns continuam a impor decisões e outras a receber instruções, respectivamente, por isso identificamos como problemática a seguinte:

A fraca participação das comunidades do distrito de Manjacaze no processo de tomada de decisões ligadas a comercialização agrícola. Isto é agravado pelo seu fraco poder de expressão e de organização, o que lhes dificulta a intervenção e não lhes permite influenciar o processo de tomada de decisões ligadas a comercialização agrícola, junto a administração local e as instituições que intervêm na área de comercialização agrícola.

Esta problemática enquadra-se na retórica dominante na área de administração pública onde enfatiza-se a necessidade da participação das comunidades nos programas de desenvolvimento. Os paradigmas dominantes enfatizam que as comunidades devem ser

sujeitos do processo e não meros implementadores de programas desenhados fora do seu contexto, (Loforte, 2000).

1.2-Delimitação do Estudo

Abordamos a problemática da participação comunitária no processo de tomada de decisões no contexto da comercialização agrícola, primeiro, por ser um sector estratégico para o aumento da produção agrícola que é a base da sobrevivência da população rural e por ser o sector que sempre sofreu estrangulamentos, desde à saída dos cantineiros portugueses até a actualidade, factor esse que foi agudizado pela guerra.

Em segundo lugar, por razões metodológicas, isto é, para evitar a dispersão da análise, visto que pretende-se avaliar o grau da participação das comunidades no processo de tomada de decisões mediante a sua organização em associações/cooperativas, não descurando as outras formas de agregação assentes nas redes de solidariedade, tendo em linha de conta outras variáveis como o nível de alfabetização, a cultura, o quadro legal, etc.

Ao falar da comercialização agrícola não pretendemos focar os processos de comercialização, mas sim identificar os mecanismos de estruturação e de agregação das comunidades em associações/cooperativas e outras formas de organização de modo a solucionar os problemas que enfrentam na colocação dos seus produtos no mercado. Recorremos ao modelo de escolha racional para demonstrar a dinâmica dos actores racionais e as dificuldades que existem para a constituição de grupos se os actores seguirem os seus cálculos racionais, (Limonji, 1994).

A análise foca o período 1987/2000, devido a retirada do papel intervencionista do Estado na economia o que abre espaço para que as comunidades criem seus mecanismos de influenciar as decisões e resolver os seus problemas a nível local. E a selecção do distrito de Manjacaze baseou-se nos seguintes critérios: o potencial de desenvolvimento que possui em termos de quantidades de produtos comercializados (castanha de cajú, principalmente mas não só) ao nível da província, o facto da maior parte da população dedicar-se a agricultura e depender desta para a obtenção de rendimentos. E por fim, o facto de ter sido socializado na região é um elemento de motivação do autor.

1.3-Distrito de Manjacaze: Breve Caracterização

O distrito de Manjacaze, fica na costa sul de Moçambique, entre as latitudes de 24° 4' e 5° 00' 00" e entre as longitudes de 33° 56' e 34° 28' 17" E. É um dos distritos costeiros da província de Gaza, com uma extensão norte sul cerca de 105 km e oeste-este de 68,7 km. O distrito tem uma linha de 54 km de comprimento. Possui 14 localidades distribuídas em 7 postos administrativos, nomeadamente: Chalala, Nguzene, Chidenguele, Chimbonzane, Macuácuá, Manjacaze – Sede, Mazucane, (MICOA, 1998).

Segundo dados do recenseamento geral da população de 1997, o distrito possui 161.147 habitantes, distribuídos por 7 postos administrativos, sendo 58% da população feminina e 42% masculina. Há maior concentração da população nos postos administrativos costeiros nomeadamente : Nguzene e Chidenguele, (INE, 1998).

A principal actividade económica é a agricultura e há prática de comercialização dos excedentes agrícolas. Tem como culturas de rendimento: milho, mandioca, batata-doce, arroz, feijão (nhemba e manteiga), castanha de cajú,(PNUD & ACNUR, 1997)

Funcionam ao nível do distrito as seguintes direcções: Direcção Distrital da Educação, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Indústria e Comércio, da Saúde e da Coordenação Social.

1.4-Justificação

O presente estudo enquadra-se na problemática dominante na área da administração pública, onde enfatiza-se a necessidade da mudança de estratégias de relacionamento entre o Estado e as comunidades, incluindo outros parceiros locais. No passado os modelos “de cima par baixo” dominaram o processo de tomada de decisões e actualmente pretende-se abrir espaço para o envolvimento dos beneficiários.

Do ponto de vista prático visa contribuir para a melhoria das estratégias de integração das comunidades no processo de tomada de decisões ligadas a comercialização agrícola tendo em conta que factores culturais, a pobreza, o analfabetismo, a fraca organização no seio das comunidades, a contradição entre o discurso das elites e a prática de vida concreta das comunidades podem constituir entraves para uma participação efectiva das comunidades, (OUA, 1990). E para o presente estudo analisamos a participação

comunitária tomando o nível organizacional das comunidades como variável base, sem contudo descurar a importância de outras, mas, para evitar a dispersão na análise focalizou-se no nível organizacional das comunidades.

Do ponto de vista teórico, permite fazer uma reflexão crítica da visão simplista que considera a perspectiva participativa das comunidades como solução de todos os problemas de que “padecem” os governos actuais ao implementar programas e projectos de desenvolvimento. E não se pretende rejeitar esta visão, mas mostrar a necessidade de complementaridade entre a comunidade e a acção governamental. Importa desmistificar a ideia segundo a qual a participação comunitária é uma panaceia que permite solucionar todos os problemas de desenvolvimento local.

1.5-Objectivos

Geral: analisar a influência das comunidades no processo de tomada de decisões no contexto da comercialização agrícola, durante o período 1987- 2000.

Específicos.

- Avaliar o grau de participação e a influência das comunidades do distrito de Manjacaze no processo de tomada de decisões tendentes ao incremento da comercialização agrícola.
- Identificar as experiências de envolvimento comunitário na comercialização agrícola no distrito de Manjacaze.

1.6-Objecto de Estudo.

Constitue objecto de estudo os mecanismos de participação das comunidades nos processos de decisão ligadas a comercialização agrícola em quatro postos administrativos do distrito de Manjacaze, (Nguzene, Chalala, Manjacaze-Sede, Macuácu)

1.7-Questão de Partida

Em que medida o nível organizacional das comunidades garante o seu envolvimento activo no processo de tomada de decisões ligadas a comercialização agrícola?

1.8-Hipóteses

H1- O baixo nível organizacional das comunidades dificulta e enfraquece a sua capacidade de expressão e de participação activa no processo de tomada de decisões ligadas a comercialização agrícola.

H2- Os cálculos racionais dos produtores dificultam a formação de associações/cooperativas (ou outras formas de agregação) que influenciariam no processo de tomada de decisões ligadas a comercialização agrícola.

1.9-Estrutura do Trabalho

Dividimos o trabalho em cinco capítulos a saber, que inclui a introdução e a conclusão: o capítulo II apresenta a metodologia adoptada na elaboração da pesquisa. O capítulo III aborda as tendências de debate referentes a problemática da participação comunitária. O capítulo IV apresenta os resultados, estabelecendo uma relação dos mesmos com a teoria. E para encerrar a análise apresentamos uma conclusão e recomendações para superar os problemas identificados.

II. METODOLOGIA

Aplicamos como métodos de pesquisa a observação participante acompanhada por entrevistas com os informantes chaves, isto é, realizamos um trabalho de campo durante quatro semanas onde procurou-se, para além de captar as opiniões, visões e perspectivas dos entrevistados, identificar as práticas e a dinâmica das relações a partir das interacções entre eles. Usou-se como técnicas as entrevistas semi-estruturadas (Vide anexo I) com informantes seleccionados usando uma amostra aleatória e intencional, abrangendo um universo de 30 pessoas divididas da seguinte forma: Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural- 2; Direcção Distrital de Indústria e Comércio-2; Produtores-16, Comerciantes e Armazenistas- 10.

A pesquisa compreendeu cinco momentos: i) pesquisa exploratória, ii) pesquisa bibliográfica, iii) trabalho de campo, iv) análise dos dados, e v) redacção do relatório final.

Importa referir que a consulta documental foi realizado durante todas as fases do trabalho tendo só terminado com a finalização da pesquisa.

Na pesquisa exploratória procuramos formular e clarificar o projecto de pesquisa, e consistiu no contacto a especialistas na matéria e a consulta a documentos que versassem sobre a temática.

Na pesquisa bibliográfica, fizemos a revisão da literatura relevante relacionada com a temática. Centrou-se na consulta de documentos que abordassem o tema em estudo, junto as bibliotecas existentes na Universidade Eduardo Mondlane (UFICS, NET, Faculdade de Letras, Faculdade de Economia, Arquivo Histórico de Moçambique) e outros locais na cidade de Maputo (Ministério de Indústria e Comércio, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural).

No trabalho de campo, confrontamos as hipóteses com a realidade no terreno. Entrou-se em contacto com os potenciais informantes ao nível local. Recorremos a entrevistas individuais (20) e em grupos (10). As entrevistas em grupos foram essenciais porque a dinâmica de grupo permitia colmatar as lacunas que individualmente os entrevistado tivessem em relação ao tema. Em grupos permitiu confrontar a memória colectiva da comunidade e confrontar as opiniões e visões existentes, servindo para filtrar algumas informações de certa forma duvidosas. Essas entrevistas funcionaram como elemento fundamental da crítica de autenticidade e de rigor.

Constituíram grupo alvo do estudo os produtores locais, os membros das instituições governamentais ligadas ao processo de comercialização, os comerciantes locais, armazenistas e líderes locais.

A maior dificuldade enfrentada teve a ver com a recusa de alguns entrevistados em responder a algumas questões colocadas, principalmente os funcionários das instituições ligadas a comercialização agrícola alegando falta de autorização dos seus superiores, enquanto que os membros da comunidade alegavam falta de conhecimento sobre a temática. Face aos dois problemas recorremos às instâncias superiores desses funcionários para que fossem autorizados a fornecer a informação e a uma explicação detalhada dos objectivos do trabalho aos membros da comunidade.

Para a análise dos resultados recorreu-se ao método descritivo, isto é, resumiu-se e analisou-se as notas feitas e/ou gravadas por ocasião das entrevistas.

Recorremos a fontes orais e escritas para a obtenção da informação contida neste trabalho. As fontes orais, aparentemente, demonstraram um fraco domínio da temática em análise e as fontes escritas pecam por uma abordagem genérica sobre o assunto, havendo pouca literatura que faz a ligação entre participação comunitária e a questão da comercialização agrícola. Na verdade o tema abordado é inovador na perspectiva de analisar as interações entre a comercialização agrícola e a participação comunitária.

As limitações têm a ver com o tempo da realização da recolha de dados. Associam-se também as dificuldades de deslocação no interior do distrito devido a degradação das vias de acesso, o que limitou a visita a alguns postos administrativos antes planificados.

Outra limitação tem a ver com a insuficiência de informação relevante, em alguns produtores e comerciantes, sobre os mecanismos de organização como base para o seu envolvimento no processo decisório.

A recusa de alguns informantes em gravar as entrevistas constituiu outra limitação, visto que algumas informações durante o processo de tomada de notas foram se perdendo, muito embora não tenham comprometido a qualidade do trabalho.

III- ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Apresentamos os conceitos, as tendências de debate sobre a problemática da participação comunitária e em seguida explicamos o processo de formação de grupos/associações utilizando o modelo de escolha racional.

3.1-Conceitos

Participação- Pretty (1995) identifica dois tipos de participação: participação passiva, onde as pessoas são ditas o que devem fazer e o que está a acontecer; é uma acção unilateral da administração ou agência de desenvolvimento sem auscultar os implicados. Noutro extremo temos a auto-mobilização onde as pessoas tomam iniciativa, independentemente da influência de actores externos, desenvolvem contactos com instituições externas para adquirir recursos e outros conselhos técnicos, mas mantêm o controlo sobre os recursos usados.

Interessa focar a participação activa ou a auto-mobilização das comunidades em que elas são “as donas” de todo o processo. Embora seja problemático falar da participação de todos os cidadãos, uma vez que, há tendências oligárquicas, isto é, há grupos que assumem

a dianteira e tomam decisões em nome dos outros, (Michel, 1971), é possível explorar cada vez mais os mecanismos de participação das comunidades na tomada de decisões sobre os assuntos de seu interesse.

Contudo para feitos deste trabalho baseamo-nos na definição de Cohen & Uphoff (1997), citados por Chichava (1999) ao considerar a participação como o “envolvimento da população nos processos de tomada de decisões, na implementação dos programas, na avaliação e benefício dos frutos de tais programas”.

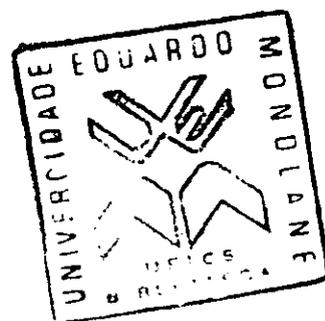
Comunidade- Adoptámos a definição contida na lei de terras, resolução nº 10/ 95, de 17 de Outubro, que considera comunidade como “agrupamento de famílias e indivíduos vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas tradicionais, agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão”. O conceito de comunidade não é consensual entre os especialistas; importa, pois, apresentar a visão polémica defendida por um entrevistado:

“ O conceito de comunidade está confuso e mal entendido e, principalmente, não está a ser considerado na carga histórica que transporta. Muitos tem utilizado o termo em substituição a “população”. Noutras casos “comunidade” é referida a território. O termo “comunidade”, em si, não se refere a mais do que um grupo de pessoas com interesse comum; para se referir a algo mais preciso deve ser adjectivado (por exemplo, comunidade de Chókwè, comunidade islâmica, comunidades rurais, etc). O conceito de comunidade não se refere necessariamente a um território.

O conceito que frequentemente se usa deriva do conceito de “community”, conceito da administração colonial inglesa, que foi adoptada por algumas agências de desenvolvimento. É preciso entender que o conceito de “community” se desenvolve no contexto de uma administração colonial que pretendeu separar o “moderno” do “tradicional”, à mesma que criou as “native administrations” e as “local authorities”, num contexto de desenvolvimento separado.

Após as independências essas “communities” começaram a ser alvo de projectos de desenvolvimento (ou alívio a pobreza), por serem os segmentos mais desfavorecidos e mais escandalosamente marginalizadas da sociedade. Daí a generalização do termo. Em Moçambique, é frequente tratar os membros da comunidade como iguais, em que o indivíduo desaparece, discernindo a comunidade rural do comerciante, do privado, do dirigente/líder. Os membros da comunidade possuem um estatuto específico (mais baixo), por isso deve ser alvo de ajuda. Nesta óptica, comunidade é igual a pobres”³.

³ -VALA, Salim Cripton, Entrevista, Maputo, 10/06/ 2001.



Participação Comunitária - Segundo Chichava (1999), corresponde a uma forma de acção política, isto é, envolve um “processo social com implicações políticas, com intuito de assistir os grupos mais desfavorecidos a clarificar e expressar não apenas as suas necessidades, mas também a tomada de acção colectiva para a sua resolução, envolvendo tais comunidades na tomada de decisões, na implementação e gestão sobre seus próprios recursos”. Esta perspectiva pode ser enfatizada na visão de Valá (1998) segundo a qual a participação comunitária “é um processo em que os membros de uma determinada comunidade participam de uma forma activa na identificação e análise dos seus problemas, busca de soluções alternativas, mobilização de recursos e realização de intervenções de desenvolvimento”.

A participação comunitária entendida desta forma permite o aproveitamento do capital social existente no seio da comunidade, que através das suas práticas tradicionais e dos conhecimentos modernos desenvolvidos pela ciência identificam mecanismos de solução dos seus problemas.

Comercialização- Segundo o Dicionário Enciclopédico (1992) comercialização “é o acto de comercializar, isto é, fazer permuta de produtos, de mercadorias, objectos, troca de valores por outros, tráfego, negócio”. E em sentido restrito significa transporte de todas as espécies de produtos para colocar à disposição do consumidor.

Do ponto de vista prático, segundo a perspectiva da Agricom, E.E.(1985), comercialização é um processo através do qual se acompanha a produção do campo, mediante:

- Planificação;
- Distribuição de bens de consumo e serviços essenciais para a produção agrária;
- Assessoramento e assistência técnica;
- Compra oportuna dos excedentes;
- Introdução de novos meios técnicos;
- Apoio na colheita, escoamento e armazenagem;
- Escoamento, distribuição e venda a consumidores e utilizadores.

3.2- Participação Comunitária no Processo de Tomada de Decisões: Tendências de Debate.

O envolvimento comunitário no processo de tomada de decisões tem em vista garantir o sucesso dos programas de desenvolvimento e melhorar o bem estar das comunidades.

Encontramos duas tendências de debate: o paradigma da observação em que prevalece a ideia de que os que estão directamente envolvidos não são os melhores para decidir sobre a melhor estratégia a adoptar, e noutro extremo temos o paradigma da participação, em que se defende a visão de que as melhores decisões e políticas são aquelas que contam com a participação dos agentes implicados, (Blair, 1981). E segunda tendência é que orienta o presente estudo.

No paradigma da observação enquadrámos autores como Hunters (1953), Lindblom (1959), citados por Pedone (1986) que advogam o modelo elitista para a tomada de decisões, em que as comunidades são vistas como apáticas, desinformadas e passivas. O facto de estarem muito envolvidas com a realidade e a diversidade de opiniões pode enviesar as decisões e dificultar o alcance de consensos, respectivamente. Por essa razão cabe a elite tomar decisões e influenciar a opinião das massas. Neste modelo as decisões obedecem a uma lógica “de cima para baixo”, não advém das massas.

No paradigma da participação enquadrámos autores como Botiwinick (1990), Eade (1997), Rahnema (1997) em que se enfatiza a necessidade da participação activa da comunidade no processo de tomada de decisões para garantir o sucesso dos programas, e permite responsabilizar as comunidades na implementação das acções.

Reflectindo sobre estas duas perspectivas, elas não se mostram necessariamente exclusivas, a interactividade e a sincronia entre a comunidade e o governo é indispensável para o sucesso dos programas de desenvolvimento.

Contudo para garantir uma participação activa das comunidades no processo de tomada de decisões é indispensável a criação de organizações que actuarão como elos de ligação entre as comunidades e a administração local; alguns factores como o analfabetismo, o contexto político, o individualismo são tidos como possíveis entraves para a constituição de organizações locais.

3.2- Participação Comunitária no Processo de Tomada de Decisões: Tendências de Debate.

O envolvimento comunitário no processo de tomada de decisões tem em vista garantir o sucesso dos programas de desenvolvimento e melhorar o bem estar das comunidades.

Encontramos duas tendências de debate: o paradigma da observação em que prevalece a ideia de que os que estão directamente envolvidos não são os melhores para decidir sobre a melhor estratégia a adoptar, e noutro extremo temos o paradigma da participação, em que se defende a visão de que as melhores decisões e políticas são aquelas que contam com a participação dos agentes implicados, (Blair, 1981). E segunda tendência é que orienta o presente estudo.

No paradigma da observação enquadrámos autores como Hunters (1953), Lindblom (1959), citados por Pedone (1986) que advogam o modelo elitista para a tomada de decisões, em que as comunidades são vistas como apáticas, desinformadas e passivas. O facto de estarem muito envolvidas com a realidade e a diversidade de opiniões pode enviesar as decisões e dificultar o alcance de consensos, respectivamente. Por essa razão cabe a elite tomar decisões e influenciar a opinião das massas. Neste modelo as decisões obedecem a uma lógica “de cima para baixo”, não advém das massas.

No paradigma da participação enquadrámos autores como Botiwinick (1990), Eade (1997), Rahnema (1997) em que se enfatiza a necessidade da participação activa da comunidade no processo de tomada de decisões para garantir o sucesso dos programas, e permite responsabilizar as comunidades na implementação das acções.

Reflectindo sobre estas duas perspectivas, elas não se mostram necessariamente exclusivas, a interactividade e a sincronia entre a comunidade e o governo é indispensável para o sucesso dos programas de desenvolvimento.

Contudo para garantir uma participação activa das comunidades no processo de tomada de decisões é indispensável a criação de organizações que actuarão como elos de ligação entre as comunidades e a administração local; alguns factores como o analfabetismo, o contexto político, o individualismo são tidos como possíveis entraves para a constituição de organizações locais.

Segundo Cirnea (1991), Chambers (1983), relatório do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO (1991), existe uma relação estreita entre a participação comunitária e o seu nível organizacional das comunidades em associações e cooperativas, visto que lhes concede maior capacidade negocial e interventiva no processo de tomada de decisões. Estas organizações devem ser autónomas, voluntárias como por exemplo, grupos informais, conselhos comunitários, união de camponeses, etc. Porém, muitas das vezes, a capacidade interventiva das pessoas tem sido enfraquecida devido a falta de organizações de base, não se beneficiando da dinâmica de grupo.

No que concerne a participação comunitária em Moçambique, especificamente, na área da comercialização podemos encontrar estas tendências de debate. Temos uma fase em que o Estado tinha um carácter centralizante, chamava a si a responsabilidade de alocação dos recursos, determinação dos métodos e regras para a prática da comercialização. Adoptou uma política de socialização do campo, assente nas machambas estatais, cooperativas agrícolas e aldeias comunais, como forma de aumentar a base produtiva dos camponeses, tendo criado dispositivos institucionais que se encarregavam da alocação e compra dos produtos aos camponeses, nomeadamente a Direcção Nacional de Economia e Comercialização (criada em 1976), a AGRICOM, a Comissão Nacional de Salários, que se encarregava pela uniformização dos preços a nível nacional, (Cravinho, 1995; Castel-Branco, 1994; Harris, 1979; Abrahamsson & Nilsson, 1994). Esta era uma fase em que o Estado impunha-se a todas as formas de organização social, ditava as regras da comercialização agrícola, embora não tivesse capacidade para garantir eficiência no processo.

Uma segunda tendência de debate enquadra-se no questionamento da estratégia adoptada para a dinamização da comercialização agrícola no período entre 1977-1987. A rede de comercialização continuou a debilitar-se, verificou-se uma contínua queda da produção familiar para a comercialização, recrudescimento dos monopólios comerciais nas zonas rurais e proliferação das trocas por vias informais, (World Bank, 1990).

Com a identificação das causas do fracasso da estratégia adoptada no período 1977-1987, considera-se que as formas colectivas de participação são parte das soluções do problema da rede comercial, da falta de mercados, da circulação de mercadorias, (Castel-Branco, 1994).

Esta tendência advoga a organização dos produtores em moldes colectivos, de modo a superar os problemas que enfrentam na alocação dos seus produtos no mercado, mas com um carácter voluntário e espontâneo, (FAO, 1991; GODCA, 1980).

Esta tendência possui uma limitante pelo facto de não olhar para as outras formas de agregação das comunidades, procurando induzir as comunidades a adoptar estas formas como sendo as únicas alternativas para o seu envolvimento na tomada de decisões.

3.3-A Participação Comunitária no Processo de tomada de decisões do Ponto de Vista da Análise Racional

Segundo o paradigma da participação, advoga-se que só serão sustentáveis as políticas ou decisões que contam com a participação dos que sofrem o seu impacto e só será efectiva a participação se as comunidades estiverem organizadas em associações, grupos, visto que aumenta o seu poder negocial e interventivo em assuntos do seu interesse.

Porém, isto nem sempre se verifica se assumirmos que os indivíduos, neste caso os produtores, são actores racionais, movidos por interesses individuais. A actuação individualizada muitas vezes dificulta a cooperação e a superação dos problemas colectivos, (Limonji, 1994; Olson, 1965).

Na linha da análise racional, se os indivíduos forem guiados pelos cálculos de racionalidade só participarão numa acção colectiva se ela reduzir os custos externos e trazer um ganho adicional que individualmente não teriam, ou seja, reduz os custos de interdependência social (custos que advém pelo facto de pertencer a uma sociedade), (Buchanam & Tullock, 1962).

A participação dos indivíduos, também vai variar em função do grupo a que pertencem. Se for um grupo pequeno em que é perceptível a sua contribuição, e sentem os ganhos verifica-se uma maior participação, visto que produz-se bens exclusivos, só beneficiam os membros desse grupo. E se forem grupos grandes, como este dos produtores, em que a acção individual dilui-se dentro da colectividade, e os bens produzidos têm um carácter público, isto é, ninguém pode ser excluído dos benefícios ou custos, verifica-se uma fraca participação, (Olson, 1965). Neste tipo de grupo a acção colectiva só é possível mediante a introdução de "incentivos selectivos", isto é, recompensa para os que participam e sanções para os desertores.

Segundo este modelo os indivíduos adoptam um comportamento estratégico segundo os cálculos de custo/benefício, por isso adoptamos este modelo para explicar as dificuldades que os produtores têm para se organizarem e desencadear uma acção colectiva de modo a dinamizar a comercialização agrícola. No capítulo que se segue esta lógica é operacionalizada em função da realidade no terreno.

IV. RESULTADOS

Procurou-se identificar os constrangimentos do associativismo no seio dos produtores de Manjacaze e os mecanismos que as comunidades adoptam para colmatar essas deficiências, de modo a atingir os objectivos do trabalho e verificar as hipóteses de trabalho formuladas..

4.1-Contexto Local da Comercialização Agrícola e Envolvimento Dos Diferentes Intervenientes.

O sector da comercialização no período pós-independência sofreu um estrangulamento devido a saída maciça dos portugueses que asseguravam a rede de comercialização, à destruição das infra-estruturas comerciais pela guerra, à falta de apoio aos camponeses em sementes, instrumentos de produção, etc, (Cravinho, 1998; Abrahamsson & Nilsson, 1994; Agricom, E.E, 1985).

A rede comercial instalada no período pós-independência caracterizada por um dinamismo estatal na sua coordenação mostrou-se incapaz de responder às demandas vindas dos camponeses. Isto conduziu a deterioração dos excedentes agrícolas, a baixa da produção para a comercialização, e a existência de um mercado imperfeito, dominado por comerciantes privados, levando os camponeses a vender os seus produtos abaixo dos preços oficiais, (Adam,1986; Cravinho, 1998; Castel-Branco,1994; Mackintosh, 1985).

O insuficiente número de comerciantes, as deficientes vias de acesso, a falta de concorrência, a baixa produção familiar, constituíram entraves para a dinamização da comercialização agrícola, e ao fracasso de todas as estratégias adoptadas, visto que não responderam as debilidades estruturais da rede de comercialização, (Adam, 1986; Castel-Branco,1994; Coulter,1985; Mackintosh, 1985).

Nas situações em que era praticada a comercialização, caracterizada por grandes riscos devido a guerra, conduziu a imperfeição do mercado nas zonas rurais. Criou-se monopólios, e os produtores sem alternativas eram levados a comercializar dentro das condições ditadas pelos comerciantes privados, (Abrahamsson, 1991; World Bank, 1990).

Esta situação geral da rede de comercialização agrícola é constatada no distrito de Manjacaze, onde deparamos com um mercado caracterizado pelo domínio dos comerciantes privados, forjando-se relações imperfeitas no processo de comercialização, como ilustram as palavras de um entrevistado: "*Aqui não temos escolha, quando queremos vender os nossos produtos, os donos das lojas ditam o valor da troca, os produtos que precisam e dizem que quem não quer pode ir embora*".⁴

A rede de comercialização ainda continua a ser caracterizada por falta de mercados para a alocação dos produtos, mau estado das vias de acesso, envolvimento tardio das instituições vocacionadas para a comercialização agrícola e dificuldades de controlo estatístico (MIC, 1998).

Ao nível do distrito de Manjacaze identificamos como intervenientes no processo de comercialização agrícola os comerciantes licenciados, os informais, os produtores, a Direcção Distrital de Indústria e Comércio (passamos a designá-la DDIC), a Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural (passamos a designá-la, DDADR), e as ONG's que operam no terreno apoiando os produtores como a Organização Rural de Ajuda Mútua (passamos a designá-lo ORAM), a Visão Mundial e a Save The Children.

Os comerciantes operam no sector "formal" com licenças para o exercício da sua actividade. Os informais desenvolvem fora dos circuitos formais, mas pela sua importância na obtenção de rendimentos para as famílias, proliferam por vários pontos do distrito para a venda dos seus produtos.

A DDIC e DDADR são instituições do Estado representadas apenas ao nível da sede distrital. E identificamos três ONG's que apoiam o processo da criação de associações ao nível do distrito, representadas ao nível da sede distrital.

Há um ponto de convergência entre os intervenientes, todos estão preocupados em dinamizar o processo de comercialização agrícola mediante a criação de condições básicas para tal. Os comerciantes licenciados, os informais e os produtores são guiados pelos seus

⁴ - MACHAI, Luisa, Entrevista, posto administrativo de Chalala, 10/ 04/2001.

interesses individuais procurando identificar mercados para a alocação e compra oportuna dos produtos. A DDIC e a DDADR procuram velar pela implementação da política do governo e velar pelo cumprimento das normas no desenrolar das actividades. As ONG's procuram potenciar os produtores com instrumentos que lhes permitam concorrer no mercado de forma equilibrada com os outros intervenientes, isto é, encorajam as comunidades a se organizarem em associações como base para aumentar o seu poder negocial.

Os produtores do distrito desenvolvem laços comerciais com zonas urbanas como Xai-Xai, Chokwé, Chibuto, Macia e outros distritos circunvizinhos, o que garante o obtenção de rendimentos pelas famílias. A fraca produção para a comercialização, a falta de condições básicas como infra-estruturas constituem os principais entraves para a comercialização.

Isto enquadra-se nos problemas estruturais da rede de comercialização identificados por Cravinho (1998), Castel-Branco (1994), Adam (1986), Programa de Reabilitação da Rede Comercial contida no Relatório do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo (1997).

Identifica-se ao nível do distrito a existência de 52 lojas, 4 armazéns que se encarregam pelo fornecimento de produtos aos comerciantes retalhistas locais, (Direcção Distrital de Indústria e Comércio, 2000). A única fábrica de processamento da castanha de caju⁵ foi encerrada por falta de matéria- prima e por dificuldades financeiras, algo que deixa os comerciantes cépticos, por não saber onde colocar o produto depois de adquirido ao produtor como ilustram as palavras de um comerciante local : *"Aqui não sabemos onde vender a castanha na fase da campanha, podemos adquirir dos produtores, mas depois ficamos sem saber quem vender"*⁶.

Ao nível do distrito funcionam dois bancos locais, o Banco Comercial de Moçambique e o Banco Austral. Há muitos obstáculos para a obtenção de crédito como ilustram as afirmações de um comerciante local : *"Os bancos levantam uma série de requisitos que acabam desincentivando os que procuram obter crédito, colocando em risco a campanha de comercialização"*⁷.

⁵ - É uma fábrica que empregava cerca de 1000 trabalhadores, segundo o director DDIC.

⁶ JAMAL.Ernesto,Entrevista, Manjacaze-Sede, 10/ 04/ 2001. Comerciante local.

⁷ JAMAL, E. (Ibid).

Face a este problema de difícil acesso crédito bancário por parte dos comerciantes e produtores, existe ao nível do distrito um sistema de crédito, disponibilizado pela Save The Children. Concede apenas às mulheres viúvas, e segundo uma beneficiária :

*“Este sistema ajuda as pessoas para iniciar a sua actividade de compra e revenda dos produtos, mas as modalidades de pagamento não incentivam a continuar, dão 700.000.00 meticais para retribuir semanalmente 45.000, 00 meticais, algo que é difícil porque nem todos conseguem vender os seus produtos, por isso que eu decidi abandonar ”*⁸

Este sistema de crédito está assente em garantias solidárias, na filosofia do Gramen Bank (Bangladesh). É um sistema mais adaptado ao comércio informal e envolve montantes não avultados (até 1.000 USD ao máximo) e não exige garantias reais, pressupõem uma grande rotatividade do capital e pela sua natureza não é o mais apropriado para agricultura e o seu grupo alvo prioritário são as mulheres, (World Bank, 1990).

Como alternativa a este problema de acesso ao crédito os produtores recorrem ao “Xitique” (sistema de crédito informal) assente nos mecanismos de solidariedade. É um mecanismo caracterizado por rotatividade do montante entre os participantes, e guiado por regras de colateralidade. Este sistema garante a poupança para as populações, como não conhecem os trâmites bancários e não possuem montantes avultados relativamente aos exigidos nos bancos, torna-se uma via mais segura porque podem ter o montante em qualquer altura em função da premência das necessidades, (Negrão, 1997; Cruz, 2000).

Segundo o relatório do Instituto de Desenvolvimento Rural INDER (1994), estas formas de crédito enquadram-se nos mecanismos de solidariedade das comunidades, de inter-ajuda, desenvolvidas por pessoas com fortes laços de parentesco ou amizade.

Cravinho (1998), Sousa (2000), face ao surgimento destas formas de solidariedade consideram que enquadram-se nas estratégias de sobrevivência das comunidades ante a inoperância dos circuitos formais do Estado.

O distrito enfrenta dificuldades de vias de acesso, a rede comercial foi fortemente abalada pela guerra, mas verifica-se um esforço de reabilitação como ilustram as palavras do Director Distrital da Indústria e Comércio : *“Estão para abrir mais 51 lojas de acordo*

⁸ - MACUACUA. Felismina, Entrevista , Manjacaze- Sede, 11/ 04/ 2001) . beneficiária do crédito da Save The Children.

com os pedidos de licença que deram entrada desde 1999 até hoje, alguns ainda não abriram por questões financeiras”⁹

A campanha de comercialização de castanha de cajú é que movimenta mais o sector comercial durante a respectiva época, por isso, os dados aqui apresentados referem-se mais a castanha de cajú mas são aplicáveis para outros produtos (milho, mafurra, mandioca, laranjas). Devido a importância que a comercialização agrícola tem na geração de rendimentos, envolvendo a maior parte da população activa no distrito, tem suscitado preocupação aos intervenientes no mercado devido a concorrência desleal (monopólio dos comerciantes no processo da comercialização), que existe e a falta de mínimas condições para a colocação dos produtos.

Segundo a Revista Agrícola (1960), Teixeira (1983), Relatório do Ministério da Agricultura sobre a Organização do Movimento Cooperativo (1979), a concorrência, o individualismo entre os produtores acaba obstruindo a acção colectiva. Acrescem que só a cooperação e o associativismo é que permitem obter maiores vantagens. Isto enquadra-se na lógica do modelo da escolha racional enfatizado por Limonji (1994), onde os cálculos racionais dos actores acabam conspirando contra o interesse colectivo, e isto está na mesma linha da nossa segunda hipótese.

Com a abertura do país para a economia de mercado, o papel regulador do Estado nos preços dos produtos desapareceu. O liberalismo permite maior concorrência entre os intervenientes no processo de comercialização ao nível do distrito, e movidos pelos seus interesses individuais surge uma gama variada de conflitos.

O primeiro tipo de conflitos está relacionado com os preços praticados pelos comerciantes durante a fase da campanha de comercialização da castanha de cajú. Com o preço de 4.000,00 meticais o kg, os produtores não se sentem incentivados a entregar a castanha, preferindo guardá-la no período de excesso para vendê-la no período de escassez, a preços mais compensatórios. Esta estratégia pode funcionar para alguns produtos mas não tem tido sucessos nos restantes produtos como o milho, a mafurra, a laranja, etc, devido as seguintes razões:

1. Falta de mecanismos de processamento e de conservação dos produtos, correndo o risco de perdê-los devido a sua deterioração;

⁹ - Director distrital da Indústria e Comércio de Manjacaze, entrevista, Manjacaze-Sede, 19/05/2001.

2. Falta de acesso aos bens básicos de sobrevivência como açúcar, arroz, sabão, etc;
3. Situação de monopólio por parte de alguns comerciantes locais.

Estas razões tornam a estratégia dos produtores ineficaz, acabando por entregar os produtos a preços estipulados pelos comerciantes, como mostra um produtor local ao afirmar que :

" (...) a falta de mecanismos de conservação dos nossos produtos, como armazéns, pesticidas, a falta de compradores na fase da campanha faz com que se entregue o produto logo depois da colheita a um preço estipulado pelo comerciante, abaixo dos preços oficiais".¹⁰

O segundo tipo de conflitos envolve os comerciantes locais com os comerciantes informais vindos de outras zonas durante a campanha de comercialização da castanha de cajú. Muitos dos comerciantes que vêm adquirir a castanha de cajú não são licenciados, às vezes acabam por inflacionar o preço do produto. Diante desta situação, os comerciantes locais têm apelado a intervenção da DDIC para tomar medidas face a esta avalanche de comerciantes informais. Contudo não tem havido nenhuma intervenção desta instituição defendendo que o comércio está liberalizado.

Segundo Cravinho (1998), Castel-Branco (1994), Mackintosh (1985) esta posição enquadra-se nas posição defendida pelas instituições de Bretton Woods ao considerar a intervenção estatal nos preços dos produtos agrícolas como uma das razões da queda da produção para a comercialização logo depois da independência.

Os comerciantes licenciados sentem-se lezados porque pagam impostos elevados para desenvolver as suas actividades enquanto que os comerciantes informais pagam uma taxa diária de 2.000,00 meticais, superando às vezes o volume de vendas e de compras dos produtos aos comerciantes licenciados. Face a estas condições um comerciante local afirmou: *" Qualquer dia havemos de fechar as lojas e todos entraremos no comércio informal porque estamos a ser prejudicados ante o olhar passivo das autoridades comerciais".¹¹*

O terceiro tipo de conflitos é entre os próprios comerciantes no que concerne às modalidades de venda. Os armazenistas existentes na zona, de acordo com o contrato de actividades, devem vender a grosso e as lojas deve vender a retalho. Porém verifica-se a

Preferiu manter o anonimato.

¹⁰ - NHATUMBO, José, Entrevista, posto Administrativo de Chalala, 10/04/2001. Produtor Local

¹¹ - JAMAL, E. (Ibid)

assumpção de duas modalidades de venda pelos armazenistas, a retalho e a grosso, enquanto que as suas licenças preconizam a venda a grosso. Não só vendem a comerciantes licenciados mas também a qualquer interessado, violando as normas estipuladas no seu contrato com o Ministério de Indústria e Comércio (MIC). E um interlocutor nosso frisou: “*Aqui em Manjacaze ninguém respeita as normas, os armazenistas vendem a qualquer interessado, sem olhar se tem licença ou não e acabam prejudicando os retalhistas porque vendem ao mesmo preço da loja*”.¹²

O quarto tipo de conflitos surge entre os próprios produtores. Este tipo de conflitos surge quando alguns produtores violam as regras instituídas pela comunidade em relação ao processo de comercialização. Há momentos em que por consenso decidi-se guardar os produtos devido a baixa dos preços, mas devido ao fraco poder de compra de outros produtos básicos alguns produtores violam as regras, não se manifestando a acção colectiva preconizada por Olson (1965), Lomonji (1994). Face a esta situação um entrevistado nosso revelou que: “*(...) às vezes temos instruído os camponeses para não entregarem os seus produtos, mas como não têm dinheiro para comprar outros produtos em falta acabam entregando e nós não temos como travá-los*”.¹³

Nestas situações, segundo Olson (1965), é pouco provável que se realize a acção colectiva, tratando-se de um grande grupo como este dos produtores. É racional para os actores individuais movidos por interesses individuais não participarem na acção colectiva de contenção dos produtos pelo facto de não haver compensação em termos de aquisição de outros produtos básicos para a sobrevivência.

O quinto tipo de conflitos envolve os produtores e os comerciantes em relação as instituições locais que trabalham na área de comercialização como a DDIC, a DDADR, Investimento de Produção Agro-Industrial (IVAP). Quer os produtores, quer os comerciantes alegam a falta de apoio institucional. Não há nenhum mecanismo de crédito durante a campanha de comercialização, têm que percorrer longas distâncias para colocarem os seus produtos, enfrentando dificuldades de transporte e de deficiência das vias de acesso, falta de armazéns nos locais de produção, falta de compradores no momento oportuno, deixando os comerciantes cépticos em adquirir os produtos, como mostram as

¹² - MAVUE, João Entrevista, Posto administrativo de Macuácuá, 12/04/2001. Comerciante local

¹³ - Secretário do Bairro 1, Entrevista, Posto administrativo de Chalala, 10/04/2001. Preferiu manter o anonimato.

palavras de um entrevistado: “ *Ninguém olha por nós, ninguém nos dá crédito, temos que nos deslocar até zonas distantes para revender os nossos produtos*”¹⁴

O não funcionamento da única fábrica de processamento de castanha de cajú no distrito (PROCAJÚ), a ausência de uma representação do Instituto de Cereais de Moçambique, deixa os comerciantes sem saber onde revender os seus produtos. Estas instituições que já existiram ao nível do distrito resolviam alguns problemas de falta de mercados na fase da campanha da comercialização dos produtos agrícolas, como ilustra um entrevistado: “ *Quando estava em funcionamento o ICM, e a Procajú, não sofriamos para vender os nossos produtos, pelo menos aqui na sede, era difícil para os que vivem nos postos administrativos, por causa da guerra na altura, mas agora já nem sabemos onde vender*”¹⁵

Doutro lado a DDIC, queixa-se da falta de observância das normas de comercialização pelos produtores e pelos comerciantes durante a campanha de comercialização da castanha de cajú. Abrem-se postos de venda em qualquer local, criando embaraço aos residentes. Verifica-se fuga ao fisco pelos comerciantes locais, que preferem abrir barracas (pequenos postos de venda) em vez de colocar os seus produtos na loja.

Face a estas condições torna-se difícil regular a actividade comercial no distrito. E muitas das exigências que os comerciantes e os produtores fazem a DDIC como melhoramento das vias de acesso, procura de parceiros para a compra oportuna dos produtos, facilitação de crédito, etc, esta instituição transfere as responsabilidades para a administração distrital e provincial.

Depreende-se que os conflitos existentes entre os intervenientes no mercado acabam dificultando a existência de uma acção conjugada para a resolução dos problemas que afectam o sector da comercialização agrícola no distrito, factor esse que afecta todos os agentes de desenvolvimento local..

4.2- Experiências de Envolvimento Comunitário na Comercialização Agrícola.

No pós- independência, em particular após a realização do III Congresso da FRELIMO em 1977, procurou-se implementar uma política de desenvolvimento orientada para criação de empresas estatais agrárias, cooperativas e aldeias comunais, política essa

¹⁴ - CHINDZONDZO, Samuel, Entrevista, Posto Administrativo de Macuácuca, 12/04/2001. Produtor Local.

que ficou conhecida como a socialização do campo, (Castel-Branco, 1994; Cravinho, 1998; GODCA 1980; Teixeira, 1983).

Segundo esta estratégia que vigorou até a primeira metade da década de 80, os agricultores estavam organizados em cooperativas como forma de envolver as comunidades no processo de comercialização numa forma organizada, (Castel-Branco, 1994; Cravinho, 1998). Segundo Cravinho (1998), a criação das cooperativas garantiria a aplicação de métodos agrícolas eficientes e permitiria a obtenção de melhores resultados, melhor organização das comunidades e facilitaria a organização do transporte que levaria os produtos para outras zonas.

O distrito de Manjacaze não era uma excepção, os camponeses estavam integrados em moldes colectivos de produção, em cada bairro havia uma cooperativa de consumo, e uma das mais bem sucedidas, em termos de gestão e organização, era a cooperativa da localidade das Laranjeiras, que segundo um interlocutor:

“ Com a cooperativa era fácil vender os produtos da machamba, porque havia um camião que carregava, mediante pagamento para outras zonas, mesmo se não tivesse dinheiro na hora faziam o carregamento por empréstimo. Os chefes eram os representantes do bairro, e as senhoras da OMM”¹⁶.

Como a iniciativa da criação das cooperativas não tinha partido das próprias comunidades, elas desapareceram porque os produtores não concordavam com os mecanismos de distribuição dos rendimentos. Nem todos usufruíam dos benefícios que advinham da actividade da cooperativa, só beneficiava a alguns notáveis da zona, (Casal, 1996; Sequeira, 1981). Isto é identificável ao nível do distrito de Manjacaze como ilustram as palavras de um entrevistado:

“ Quando começamos a produzir na machamba da cooperativa aquilo beneficiava a todos, não distribuíam, comprávamos a um preço simbólico. Só que a maior parte da produção beneficiava os chefes, levavam couve para casa, davam aos seus amigos e não se obtinha lucro. E muita gente começou a não gostar, preferia produzir na sua própria machamba”¹⁷.

O processo de formação das cooperativas nesta fase enquadra-se numa perspectiva elitista, contrastando com a visão voluntarista e espontânea defendida pela FAO (1991). Talvez esta seja uma das razões do fracasso do movimento associativo durante o período 1977-1987.

¹⁵ -JAMAL, E (Ibid).

¹⁶ - SITO E. Mateus, Entrevista, Localidade das Laranjeira, 13/04/2001. Produtor local.

¹⁷ -SITOE, M, (Ibid).

No período em análise funcionaram ao nível do distrito algumas experiências isoladas de formação de associações de camponeses, uma actividade desenvolvida pela Save The Children, a ORAM e a Visão Mundial em alguns postos administrativo, nomeadamente Nguzene, Chalala e Macuácuá. Essa acção está ainda numa fase embrionária, de sensibilização dos camponeses para se integrarem no movimento. Os membros da associação beneficiam-se dos rendimentos do trabalho colectivo, apesar de ainda, não serem significativos, como ilustram as palavras de uma entrevistada:

“ Estamos a receber o apoio da ORAM para formar uma associação aqui; começámos no ano passado por isso que ainda não temos resultados palpáveis; também somos poucos, cerca de 15 associados, plantamos arroz na campanha passada ,mas não produzimos muita coisa por falta de chuva”.¹⁸

Em outros postos administrativos em que não se verifica a acção destas ONG's os camponeses direccionam as suas preocupações individualmente aos líderes comunitários. Estes, muitas vezes, não têm dado respostas satisfatórias porque a resolução dos problemas de comercialização não depende deles, optando por canalizar esses problemas às estruturas distritais, que raras vezes têm dado respostas positivas às solicitações dos camponeses apresentadas pelos líderes. Este processo enquadra-se na legitimidade que estes líderes têm, o que lhes permite ser o depositário das esperanças das comunidades quando os circuitos formais falham, (Lundin & Machava, 1995).

Apesar de haver vontade de formar associações e haver consciência das vantagens de uma acção colectiva, os produtores não dispõem de suporte financeiro para levar avante tal iniciativa, como mostra um entrevistado: *“ Gostaríamos de ter uma associação porque iria nos ajudar bastante na obtenção de crédito para as nossas actividades, na busca de compradores, mas ninguém nos apoia, pelo e menos para começar”*.¹⁹

Segundo GODCA (1980), Castel-Branco (1994), Mackintosh (1985), a falta do apoio institucional no processo de formação destes grupos explica em parte o baixo envolvimento das comunidades no movimento cooperativo iniciado em 1977. Isto enquadra-se também na perspectiva do modelo de escolha racional, que é mais uma evidência das dificuldades que os grupos como de camponeses encontram para se associarem. Ninguém está disposto a perder mais do que vai ganhar na associação, se os

¹⁸ - ZUNGUZA, Sónia. Entrevista, Posto Administrativo de Macuácuá, 12/04/2001. Membro da Associação dos Camponeses.

¹⁹ -SITOE, M. (Ibid).

custos para se associar são elevados é racional para qualquer produtor não se envolver, (Limonji, 1994; Olson 1965; Buchanam & Tullock, 1962).

Devido a estes cálculos racionais dos produtores, mesmo nas zonas onde há acção das ONG's, muitos não vêm vantagens em associar-se, devido a inexistência de resultados palpáveis²⁰ e porque alguns dispõem dos recursos que a associação pode providenciar como junta de bois, facilitação de crédito, fornecimento de sementes e utensílios agrícolas. Estes adquirem rendimentos a partir do trabalho assalariado na vila de Manjacaze e do trabalho nas minas da África do Sul. Isto pode ser ilustrado pelas palavras de uma entrevistada:

*“ muita gente não tem grande interesse em participar na associação ou formar este tipo de grupos, por falta de tempo, estão a trabalhar na vila, na África do Sul, nas suas machambas “.*²¹

Face a esta situação de desinteresse, as ONG's de modo a garantir o envolvimento dos produtores introduzem alguns incentivos aos membros da associação como distribuição de instrumentos agrícolas e facilitação na titularização das parcelas dos camponeses, algo que ainda não suscita grande interesse dos produtores por não conhecerem os riscos que correm por não obter o título das terras que trabalham.

Esta é mais uma das estratégias que pode ser aplicada para mobilizar grandes grupos como dos produtores a se envolverem em acções colectivas. A estratégia das ONG's de introdução de incentivos enquadra-se na visão racional dos indivíduos, em que só podem se envolver se houver algum ganho adicional que individualmente não seriam capazes de mobilizar, (Olson, 1965). A introdução de incentivos constitui um estímulo para a mobilização de grupos latentes como este de produtores.

Na impossibilidade de formarem associações, recorrem aos mecanismos tradicionais de agregação como a formação de pequenos grupos de ajuda mútua entre os produtores durante o processo produtivo e de comercialização, denominados “ kuthékela²²”, “xigwaza²³”, “ntsima²⁴” como mostra um entrevistado:

²⁰ -Temos o exemplo da associação dos camponeses de Macuácuva, está a surgir por iniciativa das comunidades apoiada por ONG's mas há pouca adesão dos produtores.

²¹ - ZUNGUZA,S. (Ibid).

²² -Kuthékela- Troca directa em changana.

²³ -Xigwaza- Trabalho com meta estabelecida em changana.

²⁴ -Ntsima- Trabalho colectivo em changana, em muitas áreas como para a colheita, construção de residências, lavoura, comercialização de produtos.

*“ Como aqui não temos lojas, nem associação e muitas das vezes os postos de venda móveis que são montados pelo governo chegam tarde, para que os nossos produtos não se estraguem trocamos com outros produtores residentes noutras zonas que têm coisas que nós não temos ”.*²⁵

O “kuthekela” consiste na troca directa de produtos entre membros de comunidades diferentes. Em casos de carências numa zona, os seus membros podem se deslocar para outros locais para aquisição do produto em falta, como mostra o nosso entrevistado: *“ Temos usado mais o kuthekela no período de seca ou de excesso de chuvas em que chega a não se produzir nada ”.*²⁶

O “xigwaza” é uma modalidade que consiste na troca de comida pelo trabalho. Na ausência de um produto as pessoas como não têm rendimentos permanentes trabalham para quem tem. Esta estratégia tem sido usada para minimizar a carência de instrumentos de produção e para descongestionar os produtos das colheitas passadas de modo a evitar o seu apodrecimento, como mostra um entrevistado: *“ como as pessoas nem sempre têm dinheiro para alugar tractor enquanto têm muitos produtos acumulados nos celeiros preferem trocá-los por trabalho ”.*²⁷

O “ntsima” consiste em trabalhar na machamba de um conhecido, vizinho e depois é recompensado com alimentação, bebida na conta de quem o convidou. Esta forma de agregação apresenta duas modalidades.

Na primeira modalidade um produtor pode decidir convidar os seus vizinhos para trabalharem na sua machamba e no fim oferece uma refeição como forma de agradecimento. Nestas situações não se estipula os montantes a pagar tudo depende de quem convida.

A segunda modalidade tem um carácter rotativo dos envolvidos. Durante um determinado período os membros do grupo trabalham na machamba de cada um deles, permitindo realizar tarefas que dificilmente seriam realizadas contando apenas com a mão de obra familiar.

Estas formas de agregação enquadram-se nas estratégias de sobrevivência das comunidades ante a inoperância dos órgãos responsáveis pela área de comercialização.

²⁵ - ZUNGUZA, S. (Ibid)

²⁶ -MAZUZE, Sandra, Entrevista, Posto Administrativo de Macuácuá, 12 / 04/2001. Produtora local.

²⁷ -MAZUZE, S. (Ibid).

Assentam-se nas redes de solidariedade baseadas no parentesco, na amizade e na vizinhança, (Cruz, 2000; Cravinho, 1998; INDER, 1994).

Estas formas de agregação, segundo Olson (1965), são mais eficazes na provisão do bem comum, uma vez que há maior identificabilidade dos que participam ou não e os benefícios recaem sobre um grupo restrito. Segundo uma perspectiva racional, os produtores são constringidos a dar o seu contributo pelo bem do grupo de modo a tirarem proveitos disso.

Do lado dos comerciantes houve uma tentativa de se formar uma associação distrital, mas houve intervenção do governo distrital, defendendo que só devia haver uma associação provincial, com sede em Xai-Xai, algo que desincentivou os comerciantes do distrito.

Isto enquadra-se no que Chichava (1999) considera como contradição entre o discurso e a prática. Com o processo de descentralização pressupunha-se que garantiria um maior envolvimento das comunidades no processo de tomada de decisões, mas esta situação evidencia que a participação comunitária permanece nos processos administrativos e na retórica dos líderes e tecnocratas. As elites acabam obstruindo as iniciativas locais, o que desincentiva a participação visto que a centralização decisória não responde adequadamente aos problemas específicos das comunidades locais como ilustram as palavras de um entrevistado

"A associação formada a nível provincial não conhece os problemas do comerciante de Manjacaze, nós já pedimos muitas vezes ajuda mas sempre dizem que ainda não é vossa vez e sempre vão se agudizando os problemas, isso tudo porque não querem nos deixar formar uma associação aqui no distrito".²⁸

Mas fica uma inquietação quanto a esta visão de Chichava ao considerar a participação como dependente do quadro legal e dos procedimentos administrativos, uma vez que as comunidades ao assumir uma posição activa devem conquistar o espaço monopolizado pelas elites atrás de barreiras legais.

No que concerne ao apoio institucional na formação destes grupos tem havido pouca assistência, defendendo-se uma perspectiva voluntarista e espontânea dos grupos, em função da conjuntura económica do país, como mostra o nosso entrevistado:

²⁸ -Jamal,E.(Ibid).

"A liberalização económica pressupõe que os indivíduos criem a sua sustentabilidade económica para qualquer empreendimento, e neste caso concreto as associações devem emergir das iniciativas locais, e das contribuições dos interessados".²⁹

E na mesma linha está o director distrital de indústria e comércio:

"Nunca foi tarefa do Estado criar associações, devem emergir das iniciativas dos interessados, são desejáveis porque iriam descongestionar a carga que recai sobre a direcção distrital de indústria e comércio, muitos dos problemas iriam ser solucionados ao nível da associação".³⁰

Esta posição ainda se enquadra na visão institucional que vem caracterizando o relacionamento entre o governo e as comunidades em Moçambique, em que pouca atenção é dada as iniciativas locais, sempre a palavra de ordem foi "contar com as próprias forças", (Castel-Branco, 1994).

As posições defendidas pelos entrevistados, pretendem superar a atitude "paternalista" das ONG's e do Estado ao criar este tipo de agrupamentos, porque depois acabam controlando-os; as comunidades ao conquistar o seu espaço e tomar iniciativa de criar associações ou outra forma de agrupamento poderão demonstrar autonomia e maior capacidade negocial, superando as barreiras administrativas impostas por estas instituições, (Negrão, 1997).

O único apoio que o governo distrital fornece através da DDADR e da DDIC, consiste na busca de parceiros para apoiarem o processo de formação de associações. Neste âmbito estão a trabalhar ao nível do distrito a ORAM, a Save The Children e a Visão Mundial. As ONG's são os veículos das "modas" defendidas em cada época como base para o desenvolvimento rural, e ao apoiar este processo de formação de associações estão cientes de que a participação comunitária só pode ser dinamizada por esta via, (Negrão, 1997).

De modo a dinamizar ainda mais o processo de criação de associações está nos planos do governo distrital a criação de uma feira onde os postos far-se-ão representar através de associações ou cooperativas, como ilustra a seguinte passagem: "*(...) Isto constituirá um estímulo para os produtores organizarem-se, porque ninguém poderá expor individualmente*".³¹

²⁹ - Vereador para área de Comercialização, Entrevista, Manjacaze-Sede, 19/05/2001. Preferiu o anonimato.

³⁰ Director Distrital de Indústria e Comércio (Ibid).

³¹ - Director Distrital de Indústria e Comércio (Ibid).

Para além do trabalho das ONG's o governo distrital não dispõe de recursos humanos, nem financeiros para apoiar o processo de formação das associações como uma das formas de "empowerment"³² das comunidades.

Embora as associações, segundo os objectivo e as hipótese de trabalho, sejam uma base para o alcance do "empowerment" e para a dinamização da comercialização agrícola, podendo ter um papel na negociação de preços, na busca de parceiros, na aquisição de transporte, na conservação dos produtos, não se pretende impor estas formas de agregação às comunidades, optando por identificar as formas de agregação enraizadas na comunidade e potenciá-las, porque estas é que permitem resolver os problemas que as comunidades enfrentam, especificamente na área da comercialização agrícola. Só organizações enraizadas no seio das comunidades poderão funcionar, produzir resultados e perdurar no tempo.

4.3-Comercialização Agrícola, Envolvimento Comunitário e Sustentabilidade.

A participação comunitária é vista como uma condição indispensável para garantir o sucesso dos programas de desenvolvimento e tem dominado as estratégias de desenvolvimento rural, depois do fracasso dos modelos "de cima para baixo". As comunidades são vistas como protagonistas do desenvolvimento e não meros reprodutores de estratégias desenhadas fora do seu contexto, (Loforte, 2000; Valá, 1998; Chambers, 1983).

A participação implica o envolvimento activo dos actores locais na busca de soluções e na promoção do desenvolvimento local, permite cobrir espaços que o Estado não consegue por deficiências estruturais, principalmente nos países do terceiro mundo, como a escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos,(RDM, 1997; Sousa, 2000).

As comunidades através das suas estruturas organizativas podem identificar os problemas e lançar soluções locais. Mas isto depende da sua capacidade organizativa como forma de actuar em conjunto na tomada de decisões de interesse comum. As palavras de um entrevistado suportam essa posição:

³² -Segundo FIEEDMAN,J.(1996)-Empowerment pode-se referir principalmente a três dimensões: político, social, psicológico. Porém para este caso interessa a dimensão política que consiste no acesso dos membros da comunidade ao processo pelo qual são tomadas as decisões.

“ Se aqui na zona trabalhássemos em conjunto, por exemplo na abertura de valas, limpeza de estradas, abertura de um mercado, talvez a nossa situação iria melhorar, mas assim como está, ninguém se preocupa com ninguém, cada um pensa que o que faz é bom para ele, e ninguém pode lhe obrigar a mudar porque diz que é democracia ”³³

Apesar das vantagens que a participação comunitária apresenta, ela não é uma panaceia, nem a solução “mágica” para todos os problemas das comunidades rurais. Para que a participação comunitária possa ter efeitos práticos na melhoria das condições de vida das comunidades de Manjacaze é necessário que haja mudanças significativas na actuação das comunidades, dos agentes do Estado e do sector privado. É fundamental que cada actor de desenvolvimento possa se envolver conscientemente nos processos e explore as sinergias existentes do relacionamento em parceria. A mudança de mentalidade é um imperativo fundamental para o sucesso desta interacção. Sempre o paradigma da participação existiu mas camuflado de formas diferentes. Temos o exemplo do processo de cooperativização em Moçambique, o caso do vale do Limpopo explorado por Ferrinho, (1965) citado por Negrão (1997), e também as aldeias comunais e cooperativas agrárias no período pós-independência, tinham como objectivo envolver as comunidades nos processos de decisão, mas essas experiências não foram bem sucedidas.

Para o caso da comercialização agrícola, numa visão histórica do problema temos duas experiências diferentes. No período colonial encontramos um controle directo do processo de comercialização pelas autoridades administrativas, abrindo lojas nas zonas rurais destinadas a fornecer produtos aos camponeses e em simultâneo comprar os excedentes dos camponeses que produziam culturas obrigatórias viradas para a comercialização, (Adam, 1986; Cravinho, 1998; Castel-Branco, 1994). Eram os cantineiros rurais que numa primeira fase instalaram-se estrategicamente junto as companhias majestáticas, só mais tarde é que penetrariam para o interior, (MICTUR, 1997).

No período pós-independência encontrámos uma estratégia governamental mas já assente numa base muito frágil, tendo herdado uma rede de comercialização que dependia dos cantineiros rurais, que tinham abandonado o país e deixado o mercado rural numa situação de profunda crise. A primeira medida transitória foi a criação de lojas de povo, da Agricom, para depois instalar formas colectivas de produção, (Cravinho, 1998).

³³- ZUNGUZA, S. (Ibid) – É perceptível nesta afirmação a indistinção entre democracia e libertinagem.

As duas estratégias são diferentes nos objectivos e nos resultados alcançados. No período colonial o objectivo era explorar o campesinato e alimentar a indústria manufactureira, e mostrou-se eficiente e eficaz para o estado colonial, enquanto que no período pós independência o objectivo era fundamentalmente político, de consolidação do Estado-Socialista e mostrou-se ineficiente, ineficaz, (Abrahamsson & Nilsson, 1994; Castel-Branco, 1994; Mackintosh, 1985). Nos dois casos negligencia-se a participação das comunidades, estas recorriam a mecanismos informais de solução de problemas, muito mais no período pós-independência devido a ineficácia da estratégia governamental face ao problema da comercialização agrícola. E este intervencionismo estatal criou uma apatia nos produtores como ilustram as palavras de um entrevistado: “ *Esses problemas de lojas, de armazéns, de preços dos produtos quem sabe é o governo, nós não podemos fazer nada se não seguir o que eles querem* ”³⁴

Nas duas estratégias havia um denominador comum, houve marginalização dos anseios, problemas, preocupações e visões das famílias rurais moçambicanas. Os objectivos do Estado sobrepunham-se aos objectivos dos produtores rurais, que foram encarados como objecto e não sujeitos do processo, (Castel-Branco, 1994).

Depreende-se que a participação comunitária é necessária visto que dá voz aos actores locais na identificação dos problemas e na busca de soluções, mas carece do apoio institucional como ilustram as palavras de um entrevistado: “ *Às vezes podemos ter ideias de abrir uma loja, uma estrada, um armazém, mas não temos meios, sempre temos que recorrer ao governo, aos bancos para pedirmos crédito(...)* ”.³⁵

Em vez de haver exclusividade e isolamento das duas modalidades de solução de problemas deve haver complementaridade. As comunidades devem encontrar soluções locais, sem esperar por soluções governamentais, mas este também não pode deixar de prestar o seu apoio, (Revista Agrícola, 1960; Ministério da Agricultura, 1979; GODCA, 1980). As palavras de um entrevistado nosso ilustram esta posição:

“ *O governo pode dar apoio para começar uma actividade, mas temos que procurar rentabilizá-la, e desenvolver outras em função dos lucros advindos desta, para não estar sempre a pedir, por isso acho que o problema de lojas, de armazéns depende de nós mesmo, só que também o governo tem que nos facilitar créditos* ”.³⁶

³⁴ - CHINDZONDZO,S. (Ibid).

³⁵ -Secretário do Bairro I, Entrevista, Posto Administrativo de Chalala (Ibid).

³⁶ -JAMAL,E (Ibid).

Isto mostra a necessidade duma interactividade entre as instituições responsáveis pela área de comercialização agrícola e as comunidades na busca de soluções para os problemas ligados a comercialização agrícola.

Embora defenda-se a necessidade de complementaridades é preciso enfatizar que não é o Estado que deve entregar às comunidades o espaço para que possam envolver-se mais nos processos de desenvolvimento. As comunidades devem procurar abrir o seu próprio espaço, alargar a sua esfera de poder, ter mais espaço para tomar decisões sobre assuntos que lhes dizem respeito.

4.4-Análise dos Resultados

Baseou-se no modelo de escolha racional para interpretar os resultados em função dos objectivos do trabalho. Segundo este modelo, se os indivíduos agirem de acordo com os seus cálculos racionais dificilmente poderão se agrupar e produzir um bem colectivo, (Limonji, 1998).

Ao nível do distrito de Manjacaze, apesar de haver interesses comuns entre os camponeses, existe pouca vontade em constituir associações, mesmo reconhecendo as vantagens que este tipo de organização traria na solução dos problemas relacionados com a comercialização dos seus produtos. Estes grupos que sofrem em silêncio, segundo Olson (1965), só podem se organizar mediante a introdução de incentivos pelas organizações que apoiam o processo de formação de associações.

Neste caso concreto os camponeses não encontram incentivos para actuarem colectivamente. Olson (1965) citado por Cox e McCubbins (1993) considera que a transformação dos grupos latentes como dos produtores agrícolas em grupos privilegiados constituiria um passo para a superação do dilema da colectividade, isto é, a competição exacerbada na busca da satisfação dos interesses individuais conduz a ineficiência, sem se beneficiarem da dinâmica de grupo em situações de cooperação e de ajuda mútua, como procura retratar um entrevistado:

*" Aqui cada um procura vender os seus produtos, mesmo sabendo que o preço combinado em conjunto não é aquele, tem medo que os seus produtos se estraguem, por isso entrega logo. Nós os outros também acabamos entregando por achar que não vale a pena guardar enquanto ninguém respeita o que combinamos "*³⁷

³⁷ - ZUNGUZA, S. (Ibid).

Os conflitos existentes entre os produtores, e entre os comerciantes enquadram-se neste dilema da colectividade assente na busca do interesse individual, visto que, não há nenhum mecanismo entre eles que possa garantir a conciliação dos seus interesses.

Dentro do distrito há mais aceitação das formas tradicionais de agregação que trazem benefícios imediatos aos seus membros, como é o caso do "Kuthekela", "Xigwaza", "Ntsima". Este tipo de agrupamento, segundo Olson (1965) são mais eficazes porque os seus membros sentem os benefícios do seu esforço e há uma interacção directa entre os seus membros regulados por normas tradicionais.

Estas formas tradicionais enquadram-se numa visão integrada do produtor rural, não resolvem apenas problemas ligados a comercialização, constituem também bases para a obtenção do trabalho, para obtenção de crédito, para o cultivo da terra, etc. Não há uma compartimentalização das funções que estas formas tradicionais podem desempenhar, ajudam a superar vários problemas que o produtor rural enfrenta, (INDER, 1994). No que concerne a comercialização permitem descongestionar os excedentes, na falta de locais de venda nos circuitos oficiais, ajuda aos produtores a obter os produtos em falta na sua comunidade.

V. CONCLUSAO GERAL

Com o presente estudo pretendeu-se avaliar o grau de articulação e de influência das comunidades do distrito de Manjacaze no processo de tomada de decisões identificando as suas formas de estruturação e de agregação como base para o seu "empowerment". E temos como pressuposto a ideia de que as decisões só serão sustentáveis se contarem com a participação dos que sofrem o seu impacto. E as comunidades só influenciam activamente as decisões se estiverem organizadas em associações, cooperativas, etc. Porém, defendeu-se ao longo do trabalho, a ideia de que em vez de impor as comunidades a forma de agregação, é preciso deixá-las escolher a melhor forma de acordo com as suas práticas e as ONG's, o Estado apenas podem procurar formas de potenciar esses mecanismos enraizados na comunidade. Só dessa forma essas organizações poderão ser sustentáveis.

*Das
da com
ICP*

Porém tentámos mostrar que esta não é por si só uma variável suficiente, visto que o nível de alfabetização, o quadro legal, a cultura, etc, são outras variáveis indispensáveis para garantir maior envolvimento das comunidades, e sobretudo as formas tradicionais de

agregação adoptados e que são conhecidos e respeitados pelos actores locais. Por isso defende-se que as associações/cooperativas só podem contribuir para a solução dos problemas e potenciar estas formas já enraizadas nas comunidades, sem pretender substituí-las, o que responde a nossa questão de partida.

Identificamos como formas de agregação prevaletentes os mecanismos tradicionais *existem*
assentes nas redes de solidariedade, parentesco a saber locais compartilhados pelos *formas tradi-*
membros da comunidade a saber: Kuthekela, Xigwaza, Ntsima. São formas mais usadas *ciomas*
para colmatar a deficiência dos circuitos formais de comercialização, mas não chegam a *de organizaç*
exercer influência a escala governamental. Não permitem a existência de uma estrutura *que exercem*
fixa e permanente que serviria de elo de ligação entre os produtores e os outros *influência*
intervenientes no mercado. *- a escala*

No que concerne aos grandes agrupamentos como associações, cooperativas,
constatamos uma total inexistência ao nível do distrito; ainda está-se numa fase de
sensibilização e de apoio aos camponeses pela ORAM, Save The Children, Visão Mundial
em alguns postos administrativos. Contudo, há pouca adesão dos produtores e
identificamos como entraves: *governança*
tal
ONG's
que
apoiam
tal como
se vê.

1-O facto de não constituírem ainda uma alternativa segura, comparada com os rendimentos que advém do trabalho assalariado nas minas da África do Sul, na vila de Manjacaze e nas machambas individuais;

2-A falta de apoio institucional; ✓

3-A concorrência entre os produtores e comerciantes na fase da campanha de comercialização que leva a existência de conflitos de interesse;

4-A existência de barreiras institucionais no caso dos comerciantes;

5-O não conhecimento por parte de alguns produtores das vantagens que adviriam de uma acção colectiva na resolução dos problemas da comercialização.

Face a estas evidências, apesar de haver esforço de algumas ONG's na formação de associações de modo a aumentar a base negocial e interventiva dos produtores, em geral as comunidades do distrito de Manjacaze demonstram uma fraca capacidade participativa no processo de tomada de decisões relacionadas com o processo de comercialização agrícola, devido a inexistência de organizações locais fortes, que podem ser associações/

cooperativas, que pode-se assumir como sendo uma condição necessária para aumentar a capacidade interventiva das comunidades.

Isto confirma a primeira hipótese de trabalho visto que a actuação atomizada dos produtores movidos por interesses individuais não lhes permite tirar vantagens que adviriam do associativismo e da cooperativização na melhoria do poder negocial e interventivo das comunidades no processo de tomada de decisões referentes a comercialização agrícola. Individualmente o poder negocial e interventivo dos camponeses está cada vez mais enfraquecido, não dispondo de capacidades e competências suficientes para mobilizar todos os recursos de que necessitam, de forma isolada.

A existência de conflitos de interesse durante a fase da comercialização entre os intervenientes no mercado, movidos pela busca da maximização dos ganhos explica em parte a razão da não existência de associações/cooperativas ou outras formas de agregação com um carácter permanente e uma estrutura fixa, que não é o caso das formas tradicionais identificadas. Esta é uma evidência que confirma a segunda hipótese de trabalho.

*o conflito
de interesse
na busca de
lucro indivi-
duais reflecte
ao nível
unido*

As instituições e as comunidades devido a falta de recursos financeiros e humanos e à sua apatia, mostram-se incapazes de dar resposta aos problemas identificados na área da comercialização agrícola a saber: monopólio dos comerciantes, falta de crédito, falta de armazéns, violação das regras da comercialização pelos armazenistas e comerciantes locais, deficiência das vias de acesso; o que conduz a fraqueza da rede de comercialização agrícola no distrito.

Face ao défice de participação das comunidades no processo de comercialização agrícola fica em aberto uma questão fundamental ligada ao processo histórico moçambicano que pode ser base para os próximos estudos. A influência das formas de organização dos produtores, na perspectiva do "empowerment" das comunidades, tomando como focos de análise outras variáveis como o grau de alfabetização, a cultura, a localização geográfica (campo/ cidade), o quadro legal vigente, etc. Outra temática que poderia ser pesquisa, na mesma linha do actual estudo, é a quantificação dos prejuízos que as comunidades tem pelo facto de a sua intervenção no processo de comercialização agrícola ser marginal.

Identificados os problemas da fraca participação das comunidades apresentamos algumas recomendações, a saber:

A necessidade duma maior divulgação do papel das associações e concessão de apoio financeiro e técnico durante as primeiras fases de formação destes grupos; as estruturas competentes, como a DDIC e a DDADR, devem identificar e potenciar a as experiências e a dinâmica dos pequenos grupos de produtores assentes nas formas de solidariedade e colaboração com finalidades económicas, sociais e políticas.

É importante explorar os mecanismos tradicionais de comercialização adoptados pelas comunidades visto que surgiram espontaneamente do interior das comunidades e permitem resolver os problemas que as comunidades enfrentam.

Há necessidade de maior fortalecimento da interacção entre as instituições do Estado e as ONG's no processo de associativismo e participação de mais parceiros no processo de apoio a constituição de organizações locais sustentáveis.

Deve haver maior dinamismo das comunidades na identificação dos problemas e na busca de parceiros que possam ajudar na sua resolução. Mas isto depende em parte do grau de alfabetização das comunidades. Por isso como forma de garantir o "empowerment" das comunidades é crucial a capacitação dos membros da comunidade em diferentes áreas como gestão, técnicas de conservação dos produtos agrícolas, etc.

Remoção de barreiras institucionais no processo de formação das associações, visto que desincentivam as comunidades que pretendem constituir associações.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Escritas

ABRAHAMSSON,H (1991) - "Marketing of Agricultural Surpluses in Mozambique- some reflections on the future role Swedish Aid" , ASDI, Estocolmo.

ABRAMSSON, H & NILSSON,A (1994) - Moçambique em Transição : Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período 1974-1992. (Dulce Leiria, Trad.).

ADAM, Y (1986) - Cooperativização Agrícola e Modificação das Relações de Produção no Período Colonial em Moçambique. Tese de Licenciatura Apresentada a UEM.

AGRICOM.E.E (1985) - Proposta para a Reorganização de Comercialização Agrícola, nº1/I

BANCO MUNDIAL (1997) - Relatório de Desenvolvimento Mundial, Washington.

BLAIR, G.S (1981) - Government at The Grass-Roots, 3.rd Edition, Palisades Publihers, USA..

BOTIWINICK, A (1990) - Skepticism and Political Participation, Temple University Press, Philadelphia.

BUCHNAM,J & TULLOCK, G (1962) -The Calculus Of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy, Ann Arbor, Michigam Paperback.

CASAL,A.Y(1988) - Antropologia e Desenvolvimento: Aldeias Comunais em Moçambique. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

CASTEL-BRANCO, C.N (1994) - "Opções Económicas de Moçambique, 1975-1995: Problemas, Lições e Ideias Alternativas: In Brazão Mazula (ed) (1995)- Eleições, Democracia e Desenvolvimento- Inter- África Group, Maputo (Pg. 581-636).

CHAMBERS, R (1983) -Rural Development: Putting the First Last. Essex: Longman Scientific & Tecnical.

CHICHAVA,J.A.C (1999) - Participação Comunitária e Desenvolvimento: O caso dos Grupos Dinamizadores em Moçambique, MLGRAPHICS, Maputo.

CIRNEA,M.M (1991) -Putting People Fisrt: Sociological Variables in Rural Development, 2nd Edition, Oxford.University press For the world Bank. New York.

COULTER,J.P (1995) - Estudo da Comercialização e a Política de Preços de Milho em Moçambique, Inglaterra. Artigo não publicado. CEA, Caixa nº133/ B.

- COX,G & McCuBBINS, M (1993)** - Legislative Levithan, Party Government in The House, Berkeley University Of California Press.
- CRAVINHO, J (1995)** - Modernizing Mozambique : Frelimo Ideology and The Frelimo State. In Alexander,J; Litteloghn,G. Mcgregor, J (eds) (1998), Journal of Southern Africa Studies; Carfax, Vol.24, Number 1
- SILVA, T.C (2000)** -As Redes de Solidariedade como Intervenientes na Resolução de Litígios: O caso de Mafalala. In SANTOS, B.S.& TRINDADE, j. (Ed)(2000)-Conflitos e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique. Maputo/ Coimbra.
- Dicionário Enciclopédico (1992)** - Publicação Alfa, S.A. Lisboa.
- INDER (1994)** - Diagnóstico Participativo de Xilembene- Estudo do Sector Familiar em Chokwé.
- INE (1998)**-Dados do Recenseamento Geral da Poppulação de 1997, Maputo.
- LIMONJI, F (1994)** - "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A literatura Norte-Americana Recente", BIB,Pg. 3-38.
- LOFORTE,A.M (2000)** -Gestão e Maneio de Recursos Marinhos num Contexto de Conflitos : O caso da Ilha de Moçambique. In SANTOS, B.S. & TRINDADE, J. (ed) (2000)- Conflitos e Transformação Social : Uma paisagem das justiças em Moçambique. Maputo/ Coimbra.
- LUNDIN I & MACHAVA, F.J (eds)(1995)**-Autoridade e Poder Tradiciona , Vol I, MAE, Maputo.
- MACKINTOSH, M (1985)** -Política de Preços Agrícolas em Moçambique. Artigo não publicado. CEA, Caixa nº 33/ G.
- MIC (1997)**-Balanço do Plano Económico e Social de 1996, Maputo.
- MICHEL, R (1971)**- Les Partis Politique Paris, Hammarion.
- MICOA (1998)**- Estratégias de Desenvolvimento do Distrito de Manjacaze- Maputo, UGC.
- MICTUR (1997)** - Programa de Reabilitação da Rede Comercial, Maputo.
- Ministério da Agricultura (1979)**-Organização do Movimento Cooperativo e Dinamização da Comercialização Agrícola. Artigo não publicado, CEA, caixa nº 28/ D.
- NEGRÃO, J (1997)** -Repensando as Modas do Desenvolvimento Rural- In SOGGE,D.(ed), (1997)- Perspectivas Sobre a Ajuda e o Sector Civil.

OISON (1998) - A lógica da Acção Colectiva- Bens Públicos e Teoria dos Grupos . (Maria Dulce Cláudio Guerreiro e Margarida Lima de Faria, Trad.), Oeiras: CELTA Editora (Trabalho original publicado em 1965)

OUA, (1990) -African For Popular Participation in Development- IDRC, Canadá.

PEDONE, L (1986)- Formulção, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas, FUNCEP, Brasília.

PNUD & ACNUR (1997) - Perfis de Desenvolvimento Distrital – Distrito de Manjacaze, Província de Gaza.

PRETTY, J at al (1995) -Participatory Learning and Action. International Institute For Enviroment and Development, IIED, London.

SANTOS, B.S & TRINDADE, J (eds) (2000) -Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique, Maputo/Coimbra.

SEQUEIRA, J.M (1981) - Movimento Cooperativo no Distrito do Alto- Molocué Localidade de Nauela, Maputo. Artigo não publicado, CEA, caixa nº 31/G

TEXEIRA,M (1983) -Cooperativização e Comercialização Agrária. Revista Trimestral de Agricultura, nº4. Artigo não publicado, CEA, caixa nº31/ D.

VALÁ. S.C (1998, 11 de Janeiro) - Os imperativos da Participação comunitária no Desenvolvimento Rural, In Jornal Domingo, nº 833, pg.18.

WORLD BANK (1990) - Mozambique- Restoring Rural Production And Trade, Vol I e II

Revistas e Relatórios.

Boletim da República, (1997) - nº 40,I Série, Lei nº 19/ 97 de 1 de Outubro
Direcção Distrital de Indústria e Comércio ,(2000) -Relatório de Comercialização Agrícola de 1999- Xai-Xai.

GODCA,(1980) - Boletim Informativo, nº3. II Conselho Consultivo Alargado.

<http://www.fao.org/faoinfo/sustdev/ppdirect/pphomepg.htm>.FAO(1991)-

PeopleParticipationProgramme

PNUD (1998) - Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano, Maputo

Relatório do Ministério de Agricultura (1979) - Organização do Sector Cooperativo Agrário, Maputo. Artigo não publicado, CEA, caixa nº 29/ E

Revista Agrícola (1960) - Cooperativa de Agricultores ao Sul do Rio Save,LTC, Library.



Fontes Orais

- CHINDZONDZO, Samuel (12/ 04/2001)** - Entrevista, Posto Administrativo de Macuácu. Produtor.
- Director Distrital da Indústria Comércio (19/05/2001)** - Entrevista, Manjacaze-Sede.
- JAMAL, Enersto (10/04/2001)** -Entrevista, Manjacaze-Sede. Comerciante.
- MACHAI, Luisa (10/ 04/2001)** - Entrevista, posto Administrativo de Chalala,.Produtora.
- MACUACUA, Felismina (11/04/2001)** - Entrevista,Manjacaze-Sede. Beneficária de Crédito da Save The Children.
- MAVUE, João (12/ 04/ 2001)** - Entrevista, Posto Administrativo de Macuácu. Comerciante.
- MAZUZE,Sandra (12/04/2001)** - Entrevista, Posto Administartivo de Macuácu. Produtora.
- NHATUMBO, José(10/04/2001)** - Entrevista, Posto Administrativo de Chalala. Produtor.
- Secretário do Bairro I (10/ 04/2001)** -Entrevistas, Posto Administrativo de Chalala.
- SITOE, Mateus (13/04/2001)** - Entrevista, Localidade das Laranjeiras. Produtor.
- VALA, Salim Cripton (10/06/2001)** - Entrevista, Maputo.Docente da UEM.
- Verador Para Area de Comercialização (19/05/200)** - Entrevista, Manjacaze-Sede.
- ZUNGUZA, Sónia (12/04/2001)** - Entrevista, Posto Administrativo de Macuácu.Membro da Associação dos Camponeses.